



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS**

**Parecer Técnico Conclusivo nº 04/2018/CTIL/CNRH/MMA**

**Assunto:** Proposta de moção que “*Recomenda a não aprovação da Medida Provisória nº 844, de 6 de julho de 2018.*”

**1. Histórico**

**1.1.** Em 10.09.2018, a Secretaria Executiva do CNRH recebeu proposta de Moção encaminhada pelo Conselheiro Sr. João Clímaco Soares de Mendonça Filho, representante suplente das Organizações não Governamentais (Abrace a Serra da Moeda) - e Membro da Coordenação do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos CBHs-FONASC-CBH.

**1.2.** Desta forma, seguindo o que determina o Art. 10 do Regimento Interno do CNRH, a Secretaria Executiva encaminhou a documentação à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para avaliação quanto aos aspectos legais e institucionais.

**2. Análise**

**2.1.** Trata-se de proposta de moção contrária a aprovação da Medida Provisória nº 844, de 6 de julho de 2018, que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País. (o que ela pretende e justificativa)

**2.2.** A CTIL, em sua 145ª Reunião, realizada nos dias 25 e 26 de setembro de 2018, analisou a Proposta de Moção, conforme exposto abaixo.

**2.3.** A Sra. Thereza Christina Pereira Castro (Organizações Não Governamentais – Instituto Educando) realizou uma breve explanação da Proposta de Moção pela não aprovação da MP 844/2018, mencionando a extinção dos subsídios cruzados que apoiam os municípios que se apresentam deficitários, em termos de saneamento; a retirada de competências dos municípios; e a falta de discussão na sociedade, uma vez que a medida está sendo realizada por Medida Provisória (MP).

**2.4.** Na sequência foram mostradas algumas moções, enviadas por diversas entidades, tais como: Câmara Municipal de Vereadores de Erechim-RS, Câmara Municipal de Osório-RS, Câmara Municipal de Vereadores de Quaraí, Câmara Municipal de Cajazeiras-PB, e Câmara Municipal de Florianópolis versando sobre o mesmo assunto.

**2.5.** Após isto, houve manifestações dos presentes sobre a Proposta de Moção, com destaque para as descritas a seguir:

**2.6.** A Sra. Natalia Melo Lacerda (Ministério do Meio Ambiente - ANA) argumentou sobre as competências do CNRH, e sua relação com o tema da Proposta de



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS**

Moção, sendo que, a seu ver, o CNRH não teria competência sobre o assunto, uma vez que a MP trata de alteração da Lei 9.984/2000 e teria somente um ponto afeto a recursos hídricos.

**2.7.** A Sra. Edna Aires (Conselho Estaduais de Recursos Hídricos – Paraná/Distrito Federal / CERH-DF)) perguntou se o teor da MP foi confrontado com a legislação sobre consórcios e se seriam retiradas competências do Conselho das Cidades.

**2.8.** A Sra. Natalia Melo Lacerda (ANA) pontou a questão da assinatura pelo Ministro de Meio Ambiente contra uma MP emitida pelo próprio governo.

**2.9.** O Sr. Pedro Emilio Pereira Teodoro (M. Planejamento) se manifestou contrário à Proposta de Moção, alegando que a Medida Provisória trará um novo folego para o setor de saneamento. E que a ANA não terá problemas para encarar este desafio, com a equipe de técnicos que possui atualmente.

**2.10.** O Sr. Patrick Thomas (ANA) pontuou que os municípios continuarão a ter competência e haverá melhor regulação dos serviços prestados.

**2.11.** Para o Sr. João Paulo Soares Coelho (ANA) a MP apresenta uma inovação onde o contrato entre o estado e o município será objeto de transferência.

**2.12.** O Sr. Gustavo Santos Goretti (Irrigantes/ CNA) colocou a questão dos cargos atuais da ANA e da utilização do dinheiro proveniente da cobrança e da compensação (recursos hídricos) ser utilizado para a nova competência em saneamento.

**2.13.** O Sr. Paulo Robson da Silva Samuel Paulo (Comitês e Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas) informou que o setor já se posicionou contrário a MP, inclusive por meio de Moção.

**2.14.** O Sr. Luís Eduardo Freitas de Faria (Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário/CEDAE) argumentou pela retirada da palavra repúdio, que considerou desmedida, e pontuo que a MP tiraria atribuições dos municípios.

**2.15.** O Sr. Adilson Pinheiro (Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa (OTEPS)/ABRH) se posicionou favorável a Proposta de Moção, argumentando não haver nenhuma urgência sobre o assunto para que este seja por Medida Provisória. Destacou que o artigo 10-A precisa ter uma discussão profunda, lembrando que municípios não rentáveis, teriam dificuldade para viabilizar seu sistema de água e esgoto.

**2.16.** O Sr. Mauro Henrique Moreira Souza (Ministério de Minas Energia - MME) dispôs que o Ministro do Meio Ambiente como presidente do CNRH é signatário dos seus atos. Uma vez que a Moção é aprovada por votação de vários membros, não se pode afirmar que o Ministro não irá assinar, ou que a CONJUR-MMA não vai aprovar, a CONJUR faz uma análise jurídica. O Ministro não assinar, retira a possibilidade de participação efetiva do CNRH. Por último colocou-se contra a utilização do termo repúdio.

**2.17.** A Sra. Adriana Lustosa da Costa (MMA/Presidente CTIL) argumentou que poderia haver uma ampliação do debate, com adiamento do tema para a próxima reunião e realização de discussões por e-mail.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS**

**2.18.** A Sra. Thereza Christina Pereira Castro (Organizações Não Governamentais – Instituto Educando) se colocou contra o adiamento e ressaltou a questão de prazos para manifestação, antes da MP ser aprovada.

**2.19.** A Sra. Adriana Lustosa da Costa (MMA/Presidente CTIL) após a argumentação sobre os prazos, colocou a proposta em votação.

**2.20.** Por fim, houve discussões quanto a retirada da palavra repúdio, e do nome da entidade Fonasc, uma vez que a moção será do CNRH.

**2.21.** Após discussões, a proposta foi submetida a adequações de forma, linguagem e mérito; e após isto foi colocada em votação pela Presidente.

**2.22.** Fundamentada nos documentos referenciados neste Parecer e nas discussões ocorridas, os representantes propuseram uma nova redação a ementa, adequaram os “considerandos” e elaboraram em um único artigo a proposta de Moção, conforme abaixo:

*“Aprovar moção a ser encaminhada aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados recomendando a não aprovação da MP 844/2018, bem como que qualquer alteração nas legislações afetas ao marco legal de saneamento e de recursos hídricos seja realizada por Projeto de Lei”.*

**2.4.** A matéria foi aprovada por cinco votos favoráveis (ONG-Fonasc, CRH Distrito Federal, Organização Técnica e de Ensino e Pesquisa; Comitê de Bacia, Ministério da Defesa); seis abstenções (Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro; Ministério de Minas e Energia; Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo; Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) e três votos contrários (Agência Nacional de Águas, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Indústrias).

### **3. Conclusão**

**3.1.** Com a conclusão da análise legal e institucional, a Proposta de Moção do CNRH foi aprovada.

**3.2.** Submete-se a matéria ao Plenário para apreciação e deliberação pelos Conselheiros.

Este é o parecer, elaborado por Cláudia Ferreira Lima.

Em, 01 de outubro de 2018.

**ADRIANA LUSTOSA**  
**Presidente da CTIL**